O DILEMA CHILENO

Teitelbaum
Cademartori
S. Allende
M. Enriquez
N. Rodriguez

O DILEMA CHILENO

TEITELBAUM, CADEMARTORI, SALVADOR ALLENDE,

MIGUEL ENRIQUEZ, NELSON RODRIGUEZ

O DILEMA CHILENO

Selecção, nota introdutória e tradução

de *Rui Namorado*

COIMBRA

1972

TEMAS — NOSSO TEMPO

1 — *«Centralismo Democrático»*

— Lenine, Rosa Luxemburgo e outros *(fora do mercado)*

2 — *«Panteras Negras» (a sair)*

3 — *«Elementos de Teoria Económica» (18$00)*

4 — *«Socialismo no Chile»? (35$00)*

— S. Allende, P. Vuskovik, M.I.R., R. Rossanda e outros

5 — *«O Dilema Chileno» (12$50)*

— Teitelbaum, Cademartori, S. Allende, M. Enriquez e N. Rodriguez.

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA

1 — A situação no Chile parece revestir-se cada vez mais dum aspecto dilemático, potencializador do dramatismo que vem crescentemente a assumir. Ou o ritmo do processo em curso se intensifica e corre o risco de afastar os sectores sociais intermédios, e de precipitar uma prova de força em condições precárias para a Unidade Popular; ou o ritmo desse processo se atenua e corre o risco de desmobilizar os sectores populares, introduzindo fissuras na base social da UP e no bloco político que a constitui, e dando à oposição reaccionária um compasso de restabelecimento, que lhe trará apreciáveis vantagens. O equilíbrio entre estas duas opções, ou a indecisão sobre qual delas escolher, têm sido característicos dos últimos tempos do governo de Allende.

As eleições de Março de 1973 que vão sendo aguardadas com espectativa crescente, parecem ser já um

dos elementos polarizadores da vida política chilena. Recentemente, o tribunal eleitoral modificou a lei eleitoral, permitindo que se apresentem ao sufrágio dos eleitores coligações de partidos. Tudo indica pois que em Março de 73 três grandes coligações (aliás já anunciadas) estarão frente a frente: uma, a da esquerda unida, apoiando o governo, na oposição, uma aliança Partido Nacional — Democracia Radical e outra da Democracia-Cristã com o Partido da esquerda radical.

As confrontações recentes que opuseram o MIR ao governo, a criação duma Assembleia Popular, em Concepción, as manifestações anti- governamentais da direita, a demarcação de posições, mesmo dentro da UP, apontam para uma complicação cada vez maior da situação política no Chile.

2 — Tendo já sido publicada uma colectânea («Socialismo no Chile?» — n.º 4, *Temas — Nosso Tempo)* aliança Partido Nacional — Democracia Radical, e surgiu-nos, no esclarecido e meritório semanário francês «Politique Hebdo», de 27 de Julho último, um conjunto de entrevistas com dirigentes políticos chilenos, cuja divulgação se nos afigurou do maior interesse. Daí, a ideia de incluir esse *dossier* na colecção do livro referido, a que servirá de complemento valorizador.

Os dirigentes políticos entrevistados pertencem às três correntes mais significativas da esquerda chilena.Em primeiro lugar, surgem os pontos de vista de

dois destacados elementos da direcção do PCC, Teitelbaum e Cademartori. Depois, é a vez de Allende do P. Socialista e actual Presidente da República. Finalmente, Miguel Enriquez, secretário-geral do MIR, e Nelson Rodriguez dirigente da mesma organização exprimem a perspectiva duma alternativa de esquerda para a Unidade Popular.

Assim se podem confrontar as posições da corrente mais determinada no esforço de consolidação, mesmo à custa dum certo pendor conciliatório, com as posições do sector mais radical da esquerda chilena, conjugando-as com as de Allende personalidade charneira na actual conjuntura.

Entrevistas feitas nos meados do passado mês de Junho, incidem sobre pontos decisivos do dilema chileno, e os mais recentes acontecimentos só aumentaram o seu valor documental e de esclarecimento do autêntico sentido das opções que se abrem para os socialistas chilenos.

25/8/72

Rui Namorado

RESPEITEMOS O PROGRAMA DA UNIDADE POPULAR

Teitelbaum
Cademartori

(entrevista conduzida por Politique Hebdo *com dois membros do gabinete político do Partido Comunista Chileno).*

P. H. — *Como assegurar a maioria à Unidade Popular e quem é preciso conquistar para atingir esse objectivo?*

Teitelbaum — Desde o início que a Unidade Popular se propôs conquistar a maioria. Mas essa maioria deve ser conseguida com base em posições claras. É necessário reagrupar em torno desse núcleo que é a classe operária, os elementos populares que, neste momento, na primeira fase da revolução chilena, se

definem em relação às fronteiras que nos separam do inimigo principal, o imperialismo e os seus agentes: a burguesia monopolista e a grande burguesia agrária. É assim necessário que a classe operária seja a classe dirigente e que funcione, da base até à cúpula, uma verdadeira democracia operária. Os pequenos e médios proprietários da cidade e do campo são o objectivo de toda uma luta entre a direita e a esquerda. Não os consideramos como inimigos, mas como aliados potenciais.

Para assegurarmos a maioria, é necessário respeitar o programa da Unidade Popular, e assim tranquilizar os pequenos proprietários da terra — os que possuem alguns hectares — e os pequenos industriais — os que empregam 5 ou 7 operários, por exemplo.

Diálogo com a DC

P. H. — *Qual é a vossa análise da Democracia Cristã? Qual a vossa atitude para com ela?*

Teitelbaum — A Democracia Cristã é um amalgama, um partido «pluriclassista». O que impera no seu seio é a concepção burguesa; existem mesmo dentro da DC sectores completamente fascistas, mas assiste-se a uma luta, entre os que querem unir-se inteiramente com a direita no quadro da estratégia mais reaccionária que apenas quer a guerra civil, e aqueles que se recusam a isso. Nós não os metemos a todos no mesmo saco.

As nossas tomadas de posição podem influir sobre a DC, porque ela é uma força oscilante que não tem um centro absolutamente fixo.

Não devemos fazer nada que possa facilitar as núpcias da DC com a direita. Há dois anos para cá, dois grupos sairam da DC e nada nos diz que o seu exemplo não venha a ser seguido. Se tivessem deixado uma ponte aberta em direcção à base da Democracia Cristã, se tivessem oferecido a todos esses uma alternativa sem eles próprios deixarem de ser cristãos e sem se converterem ao marxismo, a drenagem de elementos de base da DC para a Unidade Popular teria sido, julgamos nós, muito superior ao que foi nos últimos anos.

Para o aumento da produção

P. H. — *Por que exortar os trabalhadores a lutar pelo aumento da produção, quando vos encontrais num país em transição para o socialismo onde o capitalismo conserva ainda o essencial do seu poder.*

Cademartori — Não estamos na oposição. A classe operária, o movimento popular, detém o mais importante dos poderes do Estado: o executivo. Temos o essencial da responsabilidade do que acontece de bom ou de mau. É assim que o entende o povo. É assim que o povo vê as coisas. Neste momento, a classe operária apresentou a sua candidatura ao poder e o povo quer saber se esse candidato é capaz de administrar o país.

P. H. — *A luta pelo aumento da produção no sector social pode, em rigor, compreender-se, mas um aumento da produção no sector privado traduz-se imediatamente por um aumento dos lucros dos patrões.*

Cademartori — As coisas não se passam como o dizeis sob um governo popular porque a relação de forças é muito mais favorável aos trabalhadores do que sob um governo reaccionário, embora a exploração não tenha desaparecido. Se a maior parte dos industrais se queixam do enorme aumento de salários, é porque são obrigados a alinhar os salários dos seus operários pelos que são pagos no sector social. Tendo o governo reabsorvido o desemprego, o trabalhador pode, por outro lado, vender a sua força de trabalho acima do seu valor. Podeis-vos aperceber disso, indo a qualquer empresa privada onde os operários vos dirão o que conquistaram, quanto aumentaram os seus salários, quanto melhoraram as suas condições de vida. Nesta conjuntura, o aumento da produção permite a esses operários adquirirem também benefícios concretos.

P. H. — *Qual é a vossa atitude para com a extrema-esquerda?*

Cademartori — Apenas encontrais jovens na extrema-esquerda, que caiem nas malhas da extrema-esquerda por inexperiência, em virtude da insuficiente

maturidade do seu pensamento revolucionário! Devemos empreender uma luta ideológica e política para conquistar esses sectores para a classe operária. Não podemos considerá-los como inimigos do movimento popular.

Temos, pelo contrário, reacções diferentes em relação a indivíduos que se apresentam como dirigentes da extrema-esquerda: em muitos casos, esses elementos foram expulsos dos partidos populares em virtude da sua atitude «divisionista», anarquisante, porque se revelavam demasiado pessoalistas, porque tinham uma mentalidade de chefes, porque agiam dum modo contrário à moral — erros que caiem sob a alçada das sanções previstas por esses partidos. Esses elementos saiem, como excrementos, dos partidos populares, e colocam-se duma maneira oportunista à cabeça da extrema-esquerda. Não são de modo nenhum o inimigo principal, mas mostramo-nos muito firmes e muito duros para com eles.

Teitelbaum — No domínio da reforma agrária, por exemplo, graças a um funcionário simpatisante, o MIR pôde muitas vezes limitar-se a ocupar terras uma semana antes da nossa intervenção. Retiravam, sem razão à expropriação a sua legitimidade e o apoio popular que esta confere. Se o governo não tivesse feito nada nesse domínio, eu compreenderia. Mas quando se pensa que no Chile não haverá mais grandes propriedades muito antes do fim do ano, não compreendo. É positivo dar a iniciativa às massas.

Mas não é positivo que um pequeno grupo, no interior dum processo em marcha, dê a iniciativa às massas contra o governo e lhe crie assim problemas. Se não tivéssemos deparado com esses problemas, teríamos podido avançar muito mais, e a revolução teria sido bem mais rápida. A luta seria muito dura mas nós teríamos conquistado a maioria da população.

Centro ou esquerda?

P. H. — *No caso de se produzir uma confrontação armada quais são as possibilidades de êxito do povo?*

Teitelbaum — Teríamos muito poucas probabilidades de a vencer se tivéssemos de nos bater contra as forças armadas, toda a direita e todo o centro. É por isso que não devemos, não podemos provocar a confrontação.

Se esta for provocada pela extrema direita, representando nós um poder legal a que as forças armadas juraram fidelidade, é provável que pelo menos uma parte dos militares alinhe nas nossas fileiras. Quando está nas mãos do povo e lhe proporciona uma acumulação de força, a legalidade não tem, em definitivo, aquele rosto repelente que certos lhe querem encontrar. Se renunciássemos à legalidade agiríamos como um combatente que dissesse «primeiro corto um braço e depois vou para a guerra».

P. H. — *O que pensa da expressão do Sr. Palma, presidente democrata cristão do senado que me disse, a propósito do partido comunista: «ele centra-se»?*

Teitelbaum — Em espanhol, «centra-se» pode ter dois sentidos. Se o Sr. Palma quer dizer que nós, comunistas, nos situamos no centro do tabuleiro político do país, de modo nenhum aceitamos essa apreciação, porque estamos fundamentalmente à esquerda. Mas se quer dizer que tomamos uma atitude mais madura, mais responsável, se alude a alguém que encontra em si próprio o seu centro de gravidade e que não se abandona ao delírio, talvez possamos aceitar a expressão utilizada, porque corresponde efectivamente à nossa atitude.

O SOCIALISMO NO PLURALISMO, NA DEMOCRACIA E NA LIBERDADE

Salvador Allende

P. H. — *Numa recente reunião dos dirigentes da Unidade Popular, fez o balanço de dezoito meses de governo e definiu a política dos próximos meses. Poder-nos-ia indicar as críticas que foram feitas relativamente ao passado e o que é que o governo se propõe fazer agora?*

Allende — Os problemas que na hora actual se põem são o de um eventual referendo e o das eleições legislativas em Março de 1973. Defendi sempre que deveríamos enfrentar uma ou outra destas duas consultas, as duas se possível.

Pensei sempre que poderíamos recorrer ao referendo e que é o executivo — na ocasião o chefe de Estado — quem deverá determinar os problemas so-

bre os quais o povo terá de se pronunciar. No respeitante às eleições de 1973, apresentam-se três possibilidades.

Primeira possibilidade: em caso de aplicação da lei eleitoral actualmente em vigor, cada partido vai separadamente à luta e, na esquerda, existe, por esse facto, uma certa rivalidade entre os sete partidos que constituem a Unidade Popular.

Segunda possibilidade: a actual lei eleitoral é modificada e certas formações, de direita e de esquerda, ligam-se entre si por um pacto antes de enfrentar os eleitores que se repartirão pelas coligações opostas. Um projecto neste sentido foi já recusado pela Democracia cristã.

Última possibilidade: o tribunal eleitoral pronuncia-se sobre esta fórmula dos «partidos federados» que aceita ou rejeita. Pessoalmente, sou partidário desta fórmula. Mas ela representa uma mudança importante e os partidos da Unidade Popular assim como os partidos da oposição devem avaliar bem o que implica este passo em frente.

Não espantará ninguém que a Unidade Popular possa unificar-se num único partido. Durante mais de um ano de campanha eleitoral, apresentámos conjuntamente o nosso programa ao povo. Durante um ano e meio de governo, não fizémos mais do que realizar esse programa. O que quer dizer que a Unidade Popular, como tal, tem já mais de três anos de existência.

A batalha dos créditos

P. H. — *Como pensa reforçar a coesão no seio da Unidade Popular?*

Allende — Dando-lhe uma linha política clara que elimine qualquer concepção que não se situe no quadro da táctica e da estratégia adoptadas, quando travámos a batalha em Setembro de 70.

Por outro lado, devemos seguir uma política económica de acordo com essa linha política que procuramos, uma política económica de guerra, uma política firme e coerciva, uma política económica que nos obrigue a sacrifícios, mas a sacrifícios para todos, proporcionalmente aos lucros de cada um, uma política económica que permita ao Chile pôr divisas de lado.

Qual é o nosso ponto fraco? Não obstante os resultados obtidos aquando das negociações sobre a consolidação da nossa dívida externa, neste momento somos deficitários em divisas. Para ganhar divisas temos de estabelecer um orçamento de importações muito preciso e fazer um esforço extraordinário para desenvolver as exportações. Por esta razão, a produção mineira — e em primeiro lugar, a do cobre que exportamos massivamente — é, para nós, o pilar fundamental de uma política correspondente às nossas possibilidades.

Portanto, devemos elevar o nível político dos trabalhadores e insistir junto dos mineiros do cobre so-

bre a importância muito particular, para o país, do aumento da produção e da produtividade que deverá ser necessàriamente adquirida graças a eles.

Temos necessidade de organizar uma política que nos permita substituir certas importações. O Chile, por exemplo, tem de aumentar a sua capacidade para produzir peças sobressalentes. Na indústria automóvel, fabricamos desde já 20% das peças que nos são necessárias e iniciámos um plano que nos permitirá satisfazer, dentro de 8 meses, 80% das necessidades. Temos de realizar algo de semelhante para as peças sobressalentes necessárias à exploração das minas de cobre.

Para tal, temos de desenvolver uma política audaciosa que tenha em vista a obtenção, para os nossos antigos bancos privados, hoje estatizados, de créditos provenientes, por um lado — não temos receio de dizê-lo — dos bancos privados americanos e da Europa ocidental, e por outro lado, do mundo socialista. Dos países socialistas, obtivemos uma compreensão que nos abre possibilidades em bens de equipamento e em créditos assim como uma ajuda técnica de grande importância.

No mundo capitalista, obtivemos crédito do governo de Estocolmo e, a este respeito, queremos assinalar quanto nos sentimos honrados pelas expressões utilizadas, quando do debate no Parlamento sueco sobre este assunto, para qualificar o governo da Unidade Popular chilena e as nossas perspectivas de transformação do país no pluralismo, na democracia e na liberdade.

Para terminar a segunda linha do metro de Santiago, obtivemos da França créditos que se elevam a 50 milhões de dólares. Obtivemos igualmente créditos na Espanha e na Bélgica.

P. H. — *Essa concessão de créditos feita por países com linhas políticas diferentes explica-se, como o ouvi dizer num recente discurso, pelo facto de vivermos num período em que Nixon vai a Moscovo e a Pequim?*

Allende — O mundo não é fechado, e, num contexto internacional novo, os países que tradicionalmente se mostravam como os mais prudentes e os mais decididos a agir em nosso favor, finalmente, fizeram um esforço por nós.

A terceira CNUCED

P. H. — *O que pensa da 3.ª CNUCED que acaba de realizar-se no Chile?*

Allende — É um acontecimento importante. Embora a moção final votada por essa assembleia não seja nada de transcendente, foram adoptadas resoluções bastante significativas.

Não só o «grupo dos 77», mas todos os países em vias de desenvolvimento reclamam a sua participação na política monetária mundial. Por um lado, querem uma melhoria do sistema de subsídio de cré-

ditos, por parte dos países desenvolvidos, sistema que funciona em condições tais que os contratos assinados não podem ser respeitados.

Surgiu claramente à CNUCED que as medidas monetárias tomadas pelos países industrializados influem directamente nos países em vias de desenvolvimento, porque estes permanecem à margem, e não podem determinar as consequências que essas medidas terão para eles, nem mesmo podem dar a sua opinião sobre esse assunto.

Na CNUCED viu-se ainda que a corrida aos armamentos é um factor que agrava a situação dos países pobres; com efeito, estes têm de consagrar uma parte importante do seu orçamento a despesas militares, quando não podem satisfazer as necessidades mais elementares da população. Finalmente, gostaria de sublinhar a importância dum facto que foi posto em destaque: esses potentados a que chamam «empresas multinacionais» podem influenciar e determinar mesmo a evolução dos países mais pobres.

A nova política económica

P. H. — *Gostaria de voltar a um ponto abordado no início desta entrevista e perguntar-lhe se a linha que definiu em matéria económica exprime uma nova política económica do seu governo.*

Allende — Não praticamos uma política económica nova. Prosseguimos uma orientação política intima-

mente ligada aos reajustamentos fundamentais necessários. Praticámos uma política de redistribuição dos lucros até um nível que actualmente não podemos ultrapassar.

Conhecemos perfeitamente a situação que advém do aumento da procura e do enfraquecimento das possibilidades de satisfazê-la. Levantou-se uma questão crucial. Vemos claramente que se não aumentarmos a produção, se as empresas estatizadas não forem o símbolo do esforço e da capacidade de trabalho do povo, não obteremos a resposta que esperamos do país. No Chile, que tem de importar para cima de 300 milhões de dólares de carne e outros produtos alimentares, é preciso criar a consciência de que pode chegar o momento em que todos teremos de sacrificar-nos e não comer carne de vaca. Porquanto, de momento, o racionamento total ou parcial atinge alguns dentre nós, quando uma enorme parte dessa carne é consumida pelos sectores mais privilegiados da população.

Outra tarefa nos espera. Temos de estabelecer um sistema bancário nacional. É um dos passos mais decisivos que não poderemos dar enquanto não exercermos o controlo sobre os maiores bancos do país. Neste quadro, o controlo do Banco do Chile era de grande importância: acabamos de adquirir nele (por compra) uma percentagem de acções suficiente para assegurarmos a maioria a nível da direcção. Do mesmo modo, gostariamos de evocar o problema dos transportes, e em particular dos transportes ma-

rítimos que devem transformar-se no suporte do nosso comércio exterior. Temos de exercer o controlo de um certo número de companhias, o que não pode deixar de provocar duros conflitos de interesses.

Temos necessidade de uma política muito firme para respeitar os nossos compromissos relativamente aos países do «pacto andino» e demonstrarmos que não existe incompatibilidade entre uma economia que avança lentamente para o socialismo e as economias do mercado livre como as que existem na maioria dos outros países.

P. H. — *Essa «linha política clara» de que fala não levantará problemas no próprio seio da Unidade Popular, na medida em que, no interior da coligação, alguns podem não estar de acordo com a linha definida por si?*

Allende — Certamente que sim. É por isso que necessitamos do diálogo. É também por essa razão que temos de criar e organizar «um comando económico» composto pelo ministro da Economia, pelo ministro das Finanças e outra pessoa que, não sendo ministro, teria categoria de ministro e representaria um organismo tão importante como a CORFO. Esse organismo, que terá autoridade sobre o Banco central, o Plano e o secretário de comércio exterior será dirigido pelo Presidente da República e, na sua ausência, por um vice-presidente com categoria de ministro. É assim que terá de ser definida e aplicada uma política homogénea aceite pela Unidade Popular.

P. H. — *Na sua opinião, que papel deverão desempenhar os trabalhadores na direcção do processo em curso quer ao nível das empresas quer ao nível das esferas dirigentes do país?*

Allende — O papel dos trabalhadores, devemos ainda acentuá-lo, acentuá-lo mais. Dissemos que este ano deve ser, no Chile, o ano da participação.

A participação dos trabalhadores deve ser efectiva nas empresas estatizadas, nas empresas mistas e até nas empresas privadas. Logo que os comités de produção forem criados, essa participação manifestar-se-à, a nível superior, através dos comités de administração das empresas.

A participação dos trabalhadores rurais manifestar-se-à através dos comités rurais, departamentais e provinciais e, a cúpula, através do «Grande Conselho Nacional dos Camponeses». A participação nas minas far-se-à graças aos conselhos (dos trabalhadores).

A democratização dos serviços essenciais — os da saúde e da educação — é cada vez mais efectiva. Criam-se verdadeiros poderes, autênticamente orientados pela participação popular, o que de modo nenhum significa a anarquia, mas, pelo contrário, a estruturação da política centralizada.

P. H. — *Quais devem ser as relações entre a Unidade Popular e a esquerda revolucionária?*

Allende — Defendo — e há muito tempo — que deve ser mantido um diálogo entre estas duas correntes para precisar se é possível chegar-se a um acordo e a acções comuns. Se essa possibilidade existir, que o país o saiba, que ele saiba em que circunstâncias e em que condições se poderá estabelecer essa convergência. Se o acordo for impossível, que o país seja igualmente informado, que ele saiba com o que pode contar. É necessário que cada um assuma pùblicamente as suas responsabilidades.

Se os sectores revolucionários da opinião a que faz alusão são verdadeiramente revolucionários, terão de analisar os resultados das últimas eleições na Central Única dos Trabalhadores, em que os seus representantes enfrentaram os representantes sindicais dos partidos da Unidade Popular. Terão de perguntar a si próprios se os trabalhadores estão do lado deles, se aprovam a sua táctica e os seus métodos, ou se estão com a Unidade Popular. Esta obteve quase 70% dos sufrágios, eles, um pouco menos de 3%. Penso que se esses camaradas são revolucionários, terão de ter em conta o significado desse escrutínio.

P. H. — *Quando manifesta a sua vontade de evitar um confronto violento com a burguesia, quais as razões mais importantes que explicam a sua atitude? É a sua incerteza sobre a possibilidade de ganhá-la ou o facto de uma vitória do povo, nessas condições,*

conduzir a um tipo de sociedade que os chilenos rejeitam ou para a qual não estão preparados?

Allende — Indìscutivelmente, é o segundo ponto evocado por si, e não o primeiro, que nos parece essencial e que mais condiciona a nossa atitude. De maneira nenhuma, procuraria o confronto violento de que fala, mesmo se tivesse a certeza de ganhá-lo porque um confronto desta natureza, que seria uma tragédia lamentável para o país, ficaria muito caro em vidas humanas e conduziria ao caos económico.

As condições objectivas que são as do Chile permitiram-nos encontrar a nossa via no pluralismo, na democracia e na liberdade, e esperamos atingir a construção do socialismo, levando o tempo necessário. Nenhum país instaurou o socialismo em 24 horas. Ninguém o fez, contentando-se em usar decretos. Nós, avançamos, e, simultâneamente, desenvolvemos o nível de consciência e obtemos a adesão de uma maioria nacional que aprova as nossas intenções e o nosso modo de proceder. Se tivermos êxito creio que teremos vencido um passo histórico e teremos demonstrado como é flexivel a possibilidade de conquistar o poder num país com as características — evidentemente pouco comuns — do Chile. Contudo, repito-o, o essencial, como você diz, é rejeitarmos o tipo de sociedade a que conduziria uma vitória do povo num confronto violento contra a burguesia.

Revolução irreversível?

P. H. — *Considera que a «revolução chilena» é irreversível na sua existência assim como na sua esseência?*

Allende — Evidentemente, que a resposta a essa pergunta dependerá das capacidades de que dermos provas, e eu, em primeiro lugar. De qualquer modo, deveremos submeter-nos à vontade do povo e às orientações que emanarem do povo. Parece, contudo, difícil que o processo em curso possa inverter-se se as actuais conquistas económicas e políticas se consolidarem. Quem pode sonhar em restituir aos latifundiários as suas antigas propriedades? Quem pode pensar que, novamente, os capitalistas estrangeiros poderiam ser os proprietários das riquezas de base deste país? Quem pode imaginar que os monopólios liquidados poderiam, um dia, levantar de novo a cabeça? Creio pois que a revolução é irreversível na sua forma e no seu conteúdo.

P. H. — *Quando alude ao desenvolvimento do nível de consciência das massas, a que se refere?*

Allende — É difícil responder a esta pergunta mas creio que esse desenvolvimento do nível de consciência das massas é demonstrado pelos factos. Após as manifestações da oposição de direita, por exemplo, o povo mobilizou-se. Realizou o meeting de 18 de

Abril. Na história do Chile nunca se tinha visto uma manifestação tão importante e de tal significado. A consciência do povo deve manifestar-se também nos confrontos de cada dia, de cada minuto. É isso que é o fundamental.

P. H. — *Há progresso nesse domínio?*

Allende — É evidente. Sem ele não estaríamos aqui.

OCUPAR, EXPROPRIAR, AVANÇAR

Miguel Enriquez
Nelson Rodriguez

(Politique Hebdo *entrevistou Miquel Enriquez, secretário geral do M.I.R., contendo o texto que se segue o essencial dessa entrevista. Nelson Rodriguez, um outro membro da direcção do M.I.R., que se distinguiu nas discussões públicas travadas com Allende e Fidel Castro na Universidade de Concepcion, contribuiu também com uma resposta).*

P. H. — *Antes do triunfo da Unidade Popular (U.P.), o M.I.R. era uma organização clandestina que preconizava a luta armada como via revolucionária para o Chile. Desde então importantes modificações se produziram, tanto na organização do MIR como no plano da sua táctica e da sua estratégia. Quais são essas modificações?*

Miguel Enriquez — O MIR surgiu sob um regime burguês, o do democrata-cristão Frei. Foi a repressão que teve de enfrentar que o forçou a preconizar a luta armada e a passagem à clandestinidade. Nós não tínhamos particular preferência por essa forma de trabalho clandestino, mas ela correspondia a uma imperiosa necessidade. O mesmo se passou com a luta armada. Continuamos a pensar que ela é um caminho necessário para a tomada do poder. A demonstração será feita no Chile como em outras partes. Mas não depende de nós decidi-la. Tudo está de facto ligado ao terreno que a classe dominante venha a escolher para defender os seus interesses.

O aparecimento da Unidade Popular, o restabelecimento das garantias democráticas e das liberdades fundamentais e, por outro lado, o *élan* popular que assim foi suscitado, fizeram com que o MIR pudesse sair da clandestinidade e tentasse assumir o comando de certos sectores populares. Foi a partir daí que nos desenvolvemos de maneira explosiva e que temos aumentado a nossa influência entre os trabalhadores. Criámos cinco frentes: o MCR (Movimento dos Camponeses Revolucionários), o MPR (Movimento dos «Pobladores» *(habitantes de bairros da lata)* Revolucionários), o MUI (Movimento Universitário de Esquerda), o FER (Frente dos Estudantes Revolucionários) e o FTR(Frente dos Trabalhadores Revolucionários).

P. H. — *Seria muito útil para os militantes euro-*

peus saber a que corresponde a criação destas «Frentes de massa», como funcionam.

Miguel Enriquez — Cada uma destas frentes corresponde a correntes de pensamento existentes no seio das massas, em cada um dos sectores considerados, e nós temos querido dar-lhes um quadro organizacional. Estas frentes multiplicam a presença do MIR, que possui uma forte representação na direcção de cada um deles, ao lado de outras organizações políticas mais pequenas independentes de nós, ao lado também de numerosos camponeses e operários que não são militantes do MIR. Estas Frentes são fortemente influenciadas por nós, mas não estamos ligados a elas por qualquer elo estatutário.

Estas «Frentes» estão desigualmente organizadas. A mais desenvolvida é sem dúvida a F.T.R., que acaba de participar na eleições da «Central Única dos Trabalhadores (CUT)», mas quando se sabe que ela só apareceu a nível nacional no mês de Fevereiro deste ano, quer dizer três meses antes das eleições, apreciam-se melhor os seus resultados. O crescimento da FTR explica-se pela sua aptidão para assumir a liderança de mobilizações de massa contra inimigos precisos e pela sua capacidade em incorporar importantes sectores do povo, por meio de formas de luta que o resto da esquerda não tem querido utilizar, porque preferiu manter-se dentro dos limites impostos pelo jogo legal e parlamentar.

No campo, por exemplo, o governo propunha-se fa-

ções na CUT (1). Modificaram-se também na medida em que, no seio da UP, os sectores mais reformistas resolveram travar o processo, proteger certas camadas da classe dominante, estabelecer alianças com elas. Se nestas condições, continuamos a incluir entre os nossos objectivos fundamentais, a defesa da estabilidade do governo, o acordo com a UP é hoje muito mais difícil. O combate ideológico, a confrontação entre as correntes revolucionárias estão, mais do que nunca, no primeiro plano das nossas preocupações.

Seguir uma outra linha hoje seria avalisar a política e o estilo de desenvolvimento da UP, seria avalisar também as suas derrotas e assim, condenar ao fracasso o processo em curso. Trata-se em definitivo, de acabar ideològicamente e pollticamente com o reformismo, o que não exclui alianças tácticas ou acções comuns contra a classe dominante. De resto, os contactos mantêm-se, se bem que num grau menor do que no passado, entre o MIR e a UP.

O reformismo

P. H. — *Que definição dão do reformismo?*

Miguel Enriquez — O MIR, neste domínio, cinge-se a uma análise de classe. Trata-se de ver que camadas

---

(1) A totalidade dos sufrágios alcançados por cada candidato da esquerda dá 70% à UP, mas 30% à DC. Isto, em pleno sindicato operário.

sociais representa a Unidade Popular, de saber quais dentre elas estão presentes no governo e qual domina, de examinar que alianças as camadas dominantes se propõem estabelecer, de determinar a atitude do MIR em face de cada uma dentre elas.

Actualmente, o governo está dominado por uma camada tecnocrática pequeno-burguesa, representando as classes médias. É a pequena burguesia reformista aliada ao que nós chamamos o reformismo operário que mais influência tem a nível do governo. Ao nível da população, a UP representa antes de tudo a classe média, a pequena burguesia e o que nós chamamos os operários organizados.

P. H. — *A aristocracia operária?*

Miguel Enriquez — Não. Na América Latina e particularmente no Chile, essa expressão apenas se pode aplicar a alguns sectores muito reduzidos, enquanto «os operários organizados» representam um sector numèricamente muito mais importante.

No nosso país, depara-se com o reformismo através de toda uma série de temas. Tem a sua noção de «programa», a sua noção de «democracia», etc. Concretamente, trata-se de saber se se protegem ou não certas camadas da grande burguesia industrial, comercial e agrária, e, para isso, se há entendimento ou não com os representantes políticos dessas camadas sociais privilegiadas: para falar claro, a Democracia cristã. Querendo-se atingir esse objectivo, é necessá-

rio travar a marcha para diante, será necessário sem dúvida um dia, dentro desta lógica, reprimir os sectores que, nas massas, progridem, e, bem entendido, aqueles que as dirigem, quer dizer a esquerda revolucionária e duma maneira mais geral as correntes revolucionárias dentro e fora da UP.

O papel da DC

P. H. — *Toda a Unidade Popular é reformista?*

Miguel Enriquez — Evidentemente que não. Existem, no interior da Unidade Popular, fortes correntes revolucionárias que já se manifestaram pùblicamente.

P. H. — *Poder-se-à dizer que o sector mais à direita da UP é reformista operário e o sector mais à esquerda da DC reformista burguês?*

Miguel Enriquez — O reformismo operário e o reformismo burguês definem-se pelos interesses de classe que defendem. No que diz respeito à Democracia Cristã, a nossa análise é simples. A DC representa para nós os interesses da classe dominante, mas com máscaras diferentes: populistas ou demagógicas dum lado, parafascistas e reaccionárias do outro. Fundamentalmente, as diferentes correntes da DC prosseguem os mesmos fins. Uns neutralizam a equipa no poder, entravam o seu avanço, os outros acumulam forças para defender os mesmos interesses, para atin-

gir o mesmo objectivo, que é, finalmente, a liquidação do governo de Unidade Popular.

P. H. — *Quais são os pontos fundamentais de divergência entre o MIR e os reformistas? Onde se situa esse combate ideológico e político de que falas?*

Miguel Enriquez — Há quatro problemas centrais: em primeiro lugar, trata-se de saber quais são as camadas motoras do processo e quais são os seus aliados. Aqueles que nós chamamos reformistas falam duma aliança entre proletariado industrial e camponeses por um lado, e as «camadas médias», nas quais eles incluem de facto certos sectores da burguesia, por outro lado. Quanto a nós, pensamos que a estratificação social chilena nos força a falar da aliança entre o proletariado urbano e rural, e os pobres da cidade e do campo, o que reune forças suficientes e define, por outro lado, muito claramente tanto as tarefas a realizar como o inimigo a abater.

O segundo problema é o de saber quem é o inimigo neste momento: certas camadas da classe dominante, certos sectores da burguesia, ou a classe dominante, a burguesia no seu conjunto. Também aqui as diferenças são substanciais.

Em terceiro lugar, trata-se de determinar em que quadro se faz a revolução: é a partir do aparelho do Estado, atribuindo essencialmente às massas um papel de acompanhamento, de instrumento, mas nun-

ca o papel fundamental. Ou é a partir do próprio movimento de massas.

Trata-se, enfim, de saber qual é o papel da instituição, se a revolução se pode fazer dentro da legalidade parlamentar, o respeito pela lei, ou é ao contrário necessário dar a iniciativa às massas, procurar os modos de acções concretas, as formas de organização que permitem avançar, mesmo que seja necessário quebrar o molde parlamentar. São as posições tomadas em todos estes domínios que conduziram o reformismo a procurar a aliança com a Democracia Cristã, a tentar travar a mobilização das massas e esta não é uma questão de conjuntura.

As camadas médias

P. H. — *Como pensa o MIR conseguir conquistar o apoio das camadas médias dum modo diferente do utilizado pela Unidade Popular*?

Miguel Enriquez — É necessário precisar o que se se entende por camadas médias. Desde o início de 1972 que a UP inclui no que ela chama «camadas médias» uma boa parte da grande burguesia industrial, comerciante e agrária. Ela baralha as cartas passando alegremente dessa noção de «camadas médias» para a de «média burguesia», da noção de «pequenos produtores» para a de «médios», e mesmo de «grandes produtores». O resultado, é que todos aí se diluem e que sectores importantes que seria preciso abater são de facto protegidos.

Quanto a nós, pensamos que é necessário distinguir entre a burguesia-proprietária e a burguesia não-proprietária. Existe, no seio desta última, e por exemplo nos sectores do ensino ou da saúde, entre os funcionários, aliados que podemos conquistar ou pelo menos tentar neutralizar. Certos aliados potenciais existem também entre os pequenos proprietários que constituem a parte mais numerosa da pequena e média burguesia da indústria, da agricultura e do comércio. O nosso objectivo deveria ser mais o de neutralizar estes pequenos proprietários.

É necessário neste campo ser extremamente claro. Em primeiro lugar, é necessário definir de maneira precisa, e dum modo mais detalhado do que podemos fazer aqui, de que camadas se fala. É necessário distinguir depois as que se pretendem conquistar das que se pretendem neutralizar. É necessário precisar, em terceiro lugar, de que modo podemos atingir esses objectivos.

Consideramos como destinada ao fracasso, a acção da Unidade Popular que, para conquistar o apoio das camadas médias, procura comprá-las. Conceder-lhes facilidades quanto a preços, créditos, consumo que permitem dizer pùblicamente que os pequenos e médios industriais nunca ganharam tanto como sob a UP. E no entanto, todos esses nunca estiveram tão acirrados contra a esquerda. A UP tenta comprá-los com base num consumo que ela não tem os meios de manter, porque nem as divisas nem a produtividade são suficientes. E o que é mais, a UP tem de, para

realizar os seus objectivos, prejudicar os interesses das camadas mais pobres, favorece, afinal uma em detrimento das outras.

Para nós, o problema é principalmente político. Trata-se de estabelecer uma relação de forças, favorecendo os pobres da cidade e do campo. Trata-se de incorporar estes pobres num movimento possante, organizado e forte que, no seu *élan,* envolva as camadas médias. A UP fez até ao presente o inverso: mantém-se na defensiva em relação à classe dominante e tenta comprar o que ela chama «camadas médias» e a que chamamos, nós, pequena e média burguesia. De facto, essa pequena e média burguesia que vê a classe dominante unida e forte passar à ofensiva com objectivos claros, tem tendência para se virar para ela.

Controle operário

P. H. — *Enfrentam-se actualmente no Chile diferentes políticas, a propósito do sector industrial e nomeadamente do sector estatizado. Qual é a vossa posição nesse debate?*

Nelson Rodriguez — O objectivo principal da nossa política no sector industrial não é tanto resolver os problemas económicos imediatos dos trabalhadores. Nós pretendemos antes enfraquecer, e depois eliminar o conjunto da grande burguesia industrial e comercial.

Pensamos que é necessário atingir as bases do seu poder económico e político, e, ao mesmo tempo, criar um forte movimento de massa centrado no proletariado urbano. A Unidade Popular, por ela, caracteriza o inimigo apenas dum modo restrito. A sua política de nacionalização, na etapa actual, apenas diz respeito a um sector da grande indústria — o que se pode qualificar teòricamente de monopolista. Depois de toda uma série de recuos, a UP não parece propor mais do que a nacionalização de 91 empresas: os maiores monopólios industriais e comerciais do país. Procedendo assim, dá apenas uma ideia errada do inimigo de classe. Com efeito, ao analisar-se a estrutura da grande burguesia industrial e comercial, monopolista ou não, dá-se conta que ela forma um todo homogéneo que é necessário atingir na sua totalidade, muito para além de 91 empresas.

É claro que ao mesmo tempo que atingimos um sector, é necessário neutralizar outros, sem o que não teríamos força bastante. Mas o drama está em que contentando-se em atingir 5, 10 ou 90 empresas, é o conjunto da burguesia que reage como classe. Por outro lado, uma tal política não permite adquirir as forças suficientes: ela não mobiliza tantos trabalhadores como se lhes definissem claramente, como inimigo de classe, o conjunto da burguesia. Chegamos assim a um outro ponto de divergência. A política da UP apenas permite mobilizar, de facto, os operários da grande indústria monopolista, os do sector que ela se propõe nacionalizar. Ora, sendo as es-

truturas económicas chilenas muito arcaicas, a maior parte da classe operária chilena, o proletariado industrial, está precisamente concentrada nas empresas médias e pequenas, e mesmo no artesanato. A estes operários, a Unidade Popular não propõe nenhuma alternativa para a situação actual, nenhuma política susceptível de os mobilizar. Foi precisamente para reagir contra essa situação que nós lançámos a palavra de ordem do controlo operário da produção. Os trabalhadores têm de controlar concretamente, segundo o nosso ponto de vista, a produção, as condições de trabalho, os planos de produção e de venda, os lucros do capitalismo e os investimentos, e isto através de mecanismos organizacionais funcionando no interior de cada empresa. Estamos de acordo para dizer que na etapa actual, não pode nacionalizar as pequenas e médias empresas, mas o controlo operário deve começar a exercer-se nelas.

Propomos, por outro lado, que o poder operário se exerça sobre o conjunto da economia e sobre o aparelho do Estado, através duma organização unificadora do conjunto da classe operária.

Essa organização aproximar-se-ia mais ou menos do que é a CUT neste momento. Mas para que esse poder operário seja efectivo é necessário que a CUT se democratize. É necessário pelo menos que ela alargue a base de trabalhadores que representa.

Foi assim que nas últimas eleições só tomaram parte na votação empresas agrupando cerca de 600.000 trabalhadores, quando o conjunto da população acti-

va chilena se aproxima dos 3 milhões. É necessário que o controlo operário se exerça sobre os organismos económicos nacionais, regionais e locais. É necessário também que em cada ramo da indústria, um organismo que planifique e oriente e um sindicato único, agrupando o conjunto dos trabalhadores do ramo.

Nós vamos assim muito mais longe daquilo que a UP propõe, que nada faz no sector privado e que no sector público apenas propõe uma participação restrita dos trabalhadores na coadministração das empresas. Pela nossa parte, queremos atingir a classe dominante no seu conjunto. Não queremos atingir os sectores pequenos e médios da indústria e do comércio, mas implantar neles o controlo operário tal como o definimos, de modo a assegurar enfim a direcção e o controlo efectivos do conjunto da classe operária sobre o conjunto do aparelho económico do Estado.

P. H. — *O que entendem vocês por conselhos comunais de trabalhadores?*

Miguel Enriquez — Ao contrário dos conselhos de camponeses, esses conselhos ainda não existem: o nosso objectivo é criá-los. Teriam uma base geográfica. A sua função seria a de reagrupar, num quadro em que pudessem exercer um verdadeiro poder, por um lado os operários que, se podem exprimir no seu centro de trabalho, mas também os operários não industriais, as mulheres, os «pobladores», os estudantes, o conjunto dos cidadãos pobres que não têm ou-

tra instância para participarem na direcção do processo em curso no Chile.

P. H. — *«Politique Hebdo» tem defendido até ao presente a experiência chilena em virtude das perspectivas que ela oferece e sobretudo das suas posições anti-imperialistas. É correcto prosseguir por essa via?*

Miguel Enriquez — O processo chileno é indiscutìvelmente positivo, abriu enormes possibilidades de desenvolvimento à corrente revolucionária, mas o problema está em saber-se que direcção se imporá: a reformista ou a revolucionária. Até ao presente, muito nìtidamente, os reformistas tiveram vantagem. Ora, a Unidade Popular neste momento está a sofrer fracasso após fracasso. As últimas eleições da CUT permitem medir o grau de deterioração a que conduziu uma direcção e uma linha reformista. É provável que eles sacudam enormemente a esquerda e contribuam para reabrir o debate.

Cremos que é necessário dizer a verdade ou pelo menos o que nós chamamos verdade, porque o que está em jogo neste momento, é a perda de prestígio do socialismo na América Latina e no mundo. Não se trata aqui de boinas verdes que exterminam os guerrilheiros e acabam com as revoluções, nem de Suharto que elimina Soekarno e massacra centenas de milhares de comunistas. Trata-se das massas que abandonam o «socialismo». O que é assim necessário,

é acabar com todas essas mentiras segundo as quais se trataria aqui duma via chilena para o socialismo, dum segundo modelo de transição, que o que está em questão, seja verdadeiramente o socialismo.

É indiscutível que um processo positivo se abriu, mas os seus limites são terrìvelmente estreitos: a sua direcção foi fundamentalmente errada, lesou os interesses da classe dominante e por esse facto provocou a sua agressividade, mas não foi capaz nem de a vencer nem de conquistar as forças suficientes para impor uma direcção e uma linha revolucionária. Pelo contrário, está cada dia mais fraca.

É isto que é necessário dizer muito cruamente sob pena da surpresa e as desilusões suscitadas no mundo após um fracasso eleitoral do socialismo no poder, respeitando as instituições, virem a ser terríveis e provocarem graves consequências para o desenvolvimento da revolução.

DESDE SETEMBRO DE 1970, MÊS DA VITÓRIA DE ALLENDE NAS ELEIÇÕES PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO CHILE, ESTE PAÍS NÃO TEM CESSADO DE OCUPAR UMA POSIÇÃO DE RELEVO NA PANORÂMICA POLÍTICA MUNDIAL. É COM PAIXÃO QUE SE COMENTAM AS VICISSITUDES DO GOVERNO DA UNIDADE POPULAR, AS NOVAS QUESTÕES QUE O SEU PERCURSO POLÍTICO LEVANTA. NESTE PEQUENO VOLUME REUNIRAM-SE ENTREVISTAS COM DOIS DIRIGENTES DO P.C.C., COM DOIS DIRIGENTES DO M.I.R. E COM ALLENDE. RECOLHIDAS EM JUNHO PASSADO, POR ELAS SE PODEM CONHECER DIRECTAMENTE AS POSIÇÕES POLÍTICAS DOS MOVIMENTOS MAIS IMPORTANTES E SIGNIFICATIVOS DA ESQUERDA CHILENA, CONHECER AS VÁRIAS ÓPTICAS COM QUE ENCARAM O DILEMA QUE TÊM DE SUPERAR.

5

Política

Internacional